

## ARROZ IMPORTADO

## PF e CGU investigam leilão

Apuração será sobre empresas vencedoras e participação de servidores públicos na compra, sob suspeita de fraude

» RAFAELA GONÇALVES  
» VINICIUS DORIA

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) vão apurar possíveis irregularidades na importação de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Serão investigadas empresas e a participação de servidores públicos no procedimento.

O certame foi anulado por decisão do governo federal, após um suposto favorecimento das quatro empresas que venceram o leilão. A averiguação se deu a partir de um pedido da própria Conab, que também está conduzindo suas próprias investigações internas por meio da Corregedoria.

A suspensão do leilão resultou na demissão do então secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, após indícios de “incapacidade técnica e financeira de algumas empresas”.

A Foco Corretora de Grãos, uma das principais vencedoras do leilão, é do empresário Robson Almeida de França, que foi assessor parlamentar de Geller na Câmara e é sócio de Marcello Geller, filho do secretário.

Das quatro empresas que venceram a disputa, a maior compradora é de Macapá (AP) e tem como atividade principal a venda de leite e laticínios. Outra pertence a um empresário de Brasília que afirmou ter pago propina para conseguir um contrato com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Associações de produtores alegam favorecimento na realização do certame. Inicialmente, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou que

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



**Infelizmente, (o leilão) foi conduzido de forma equivocada, e não estou falando de má-fé por parte de ninguém. A quantidade ofertada foi decisão da Casa Civil. O ministro Fávaro puxou o assunto 100% para seu gabinete”**

**Neri Geller**, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura

Geller deixaria a pasta por vontade própria. No entanto, o então secretário deixou claro que se tratava de uma demissão. A exoneração foi publicada ontem no *Diário Oficial da União (DOU)*, assinada pelo ministro Rui Costa, da Casa Civil.

Geller afirmou que o leilão foi “um equívoco” e que não seguiu as recomendações dos técnicos do órgão. Ainda segundo ele, a decisão de importar arroz por meio de leilão foi de Fávaro e de Rui Costa. “Infelizmente, (o leilão) foi conduzido de forma equivocada, e não estou falando de má-fé por parte de ninguém.

A quantidade ofertada foi decisão da Casa Civil. O ministro Fávaro puxou o assunto 100% para seu gabinete”, disse, em entrevista à Band News TV.

**Bode expiatório**

O ex-secretário — um dos poucos políticos ligados ao agronegócio que esteve ao lado de Lula desde a campanha eleitoral — avisou que sua biografia “não vai ser jogada no lixo” e que não vai aceitar, “de forma nenhuma, sair como bode expiatório dessa história”. “Vou me posicionar com muita

firmeza e depois vou sair da mídia”, assegurou.

Perguntado sobre a atuação de Fávaro, Geller evitou polemizar, mas não escondeu uma ponta de decepção com sua demissão. “Não posso ser penalizado por um erro político que foi cometido na condução desse leilão”, queixou-se. “Não posso sair atirando no ministro Fávaro, por ética e respeito. Mas a relação do governo com o Congresso precisa ser melhorada, com certeza. Não estou torcendo pela queda do ministro. Peço para que ele dialogue, não centralize tanto as ações. A

pasta precisa do apoio do Congresso Nacional.”

O leilão foi estabelecido para reduzir o preço do arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul. O estado é responsável por 70% da produção nacional do grão. Foram adquiridas 263,37 mil toneladas de arroz importado no certame de compra pública. A União ainda pretendia fazer novo pregão, sem data definida.

A ideia do governo era vender o arroz importado em embalagem específica a R\$ 4 o quilo, de forma que o preço final não ultrapasse R\$ 20 pelo pacote de 5 quilos. Em nota, a CGU afirmou

que há “esforço conjunto entre as instituições para garantir a transparência e a correção dos processos envolvidos na importação do arroz”.

O presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Alexandre Velho, afirmou que o cancelamento do leilão por si só é “reconhecimento de grande erro”. Ele assegura que a medida não é necessária e que o abastecimento do país é suficiente. De acordo com produtores, a importação pode comprometer o setor e a autossuficiência do Brasil na produção de arroz.

## Cercos a deputados brigões

» HENRIQUE LESSA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a mudança no regimento que cria a possibilidade da suspensão cautelar dos deputados envolvidos em confusões onde acontece a quebra de decoro parlamentar. A medida, aprovada por 400 votos a 29, era defendida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), na tentativa de frear a escalada de brigas e confusões cada vez mais frequentes.

O deputado brigão poderia levar um “gancho” de até seis meses, ou até o julgamento do Conselho de Ética das representações, no texto inicial dava todo o poder de decidir pela suspensão para a mesa diretora da Câmara, composta por Lira e mais seis deputados, acabou sendo alvo de críticas de parlamentares de todos os espectros políticos.

O deputado Glauber Braga (PSol-RJ) comparou a medida a “um AI 5 de Arthur Lira” — em referência Ato Institucional número 5 que aumentou os poderes de perseguir opositores do governo militar durante a ditadura.

Com o risco de não aprovar nada, Lira voltou a negociar com os líderes partidários e a proposta acabou desidratada ao longo do dia. Na votação do texto, até mesmo o PSol, partido de Braga, encaminhou de forma favorável à medida.

Aversão apresentada pelo relator, Domingó Neto (PSD-CE), que foi aprovada no plenário, estabelece que a mesa diretora, no prazo de até cinco dias após o conhecimento do fato, poderá solicitar a suspensão do mandato do parlamentar, mas a decisão de aplicação da penalidade ficará a cargo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, composto por 21 deputados, com mandatos de dois anos. É o Conselho o responsável pelo julgamento dos processos disciplinares contra os deputados.

O colegiado terá que apreciar a solicitação da mesa em até três dias e, no caso de confirmação da penalidade, o parlamentar pode recorrer ao plenário da Casa, que precisará validar, com maioria absoluta (257 votos dos 513 deputados), a aplicação da suspensão.

O texto ainda prevê que o presidente da Câmara, em casos urgentes, pode propor a suspensão sem ouvir os demais integrantes da mesa, e em caso de o Conselho de Ética não decidir o pedido no prazo de três dias, a suspensão pode ser encaminhada diretamente para o plenário da Casa, que, com a totalidade dos deputados, terá a prerrogativa de decidir sobre a aplicação da punição ao colegio.

O relator disse que a medida é oportuna e necessária para o bom funcionamento da Câmara. “Tendo em vista os graves acontecimentos recentes, envolvendo insultos, ameaças, agressões físicas e verbais, incompatíveis com um ambiente democrático e com a urbanidade, a ética e o decoro”, disse o deputado, que também é corregedor da Câmara.

Apesar da nova regra não estabelecer os casos concretos que poderiam gerar esse tipo de punição, o deputado lembrou que isso já está descrito no Código de Ética da Câmara. “Não estamos entrando na área do Código de Ética. O que cabe para suspender

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



A proposta apresentada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, foi aprovada por 400 votos a favor e 29 contra

um parlamentar está no código desde 2001”, frisou.

**Consenso**

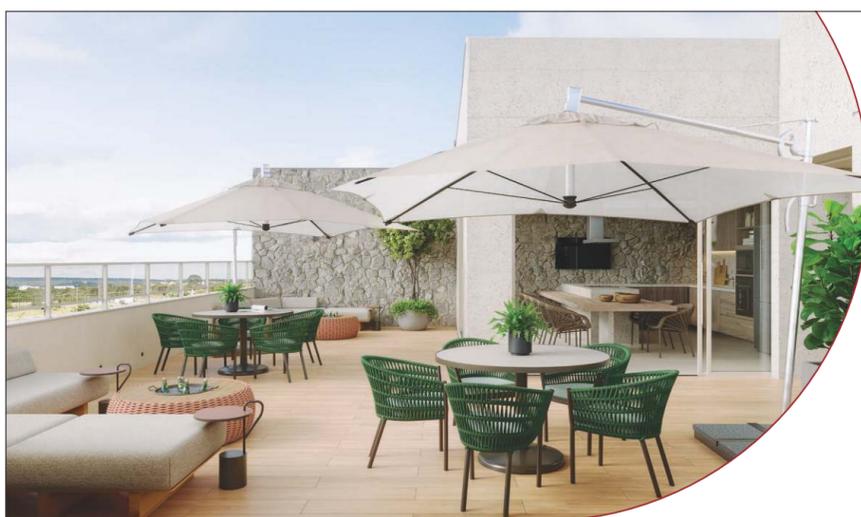
Parlamentares de todos os campos políticos apontam a necessidade de se criar mais urbanidade para os trabalhos da Casa legislativa.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF) criticou o fato de a Casa não ter formas de controle mais

eficazes de desvios de conduta. “Tínhamos de avançar para esse tipo de proposta para evitar que os colegas briguem. Os xingamentos e a discordância das ideias vamos respeitar, mas a agressão física fica muito difícil.”

Na mesma linha, Chico Alencar (PSol-RJ) afirmou que o ambiente na Câmara “é doentio e precisa de um remédio eficaz”, mas criticou a proposta inicial que possibilitava que a mesa diretora

decidisse sobre os mandatos. Glauber Braga recuou e destacou que houve uma “redução de danos” entre o texto original e a versão aprovada. “Em um quadro que a gente tem ampliação de poderes para deliberação sumária de suspensão de mandato, os mais prejudicados são os parlamentares da esquerda. Não são os que vão articular acordos com o presidente para sua salvação”, argumentou.



**COBERTURAS  
COM VISTA LIVRE**

**301 M<sup>2</sup> A 310 M<sup>2</sup>  
NO NOROESTE. AGUARDE**

**PaulOOctavio**<sup>®</sup>

CU1700